

Governo defende

Telefoto de

X
ANC

O GLOBO

(ANC)

O PAÍS • 3

eleições municipais

J.França

BRASÍLIA — Superada a questão da duração do mandato, com a expectativa de que sejam aprovados os cinco anos, o Presidente José Sarney deverá mobilizar seus aliados na Constituinte para defender a realização de eleições municipais este ano. Nas duas últimas reuniões do Conselho Político, o Presidente ordenou que fosse desautorizado o Líder do Governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS), que defendera esta semana o adiamento do pleito. Derzi, segundo um Ministro de Estado, não recebera qualquer orientação do Palácio do Planalto nesse sentido.

— Acho que a eleição está marcada. Vamos fazer eleição — disse, enfaticamente, o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, em seguida à reunião de ontem, no Palácio da Alvorada, embora reconheça que “o assunto é da livre iniciativa dos congressistas.

Além de não interpretar o pensamento do Governo, as declarações do Líder Saldanha Derzi foram consideradas inoportunas no círculo íntimo do Presidente. Em meio à luta pela garantia dos cinco anos de mandato, uma declaração em favor do adiamento de eleições, segundo um Ministro, é no mínimo desastrosa.

Embora os Ministros e assessores mais próximos ao Presidente reconheçam que para o País seria melhor que as eleições fossem adiadas para o próximo ano — os economistas costumam



Lourenço procura 20 parlamentares para convencer neste fim de semana

atribuir à eleição como um fator de elevação dos índices inflacionários —, para o Governo a medida traria conseqüência no mínimo desgastantes. Concluídos os trabalhos da Constituinte e sem eleições municipais, o Governo ficaria muito mais exposto aos ataques da oposição no Congresso e ao desgaste junto à opinião pública.

O Governor admite, no entanto, que o movimento favorável à prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores ganhou maior expressão nos últimos dias. Nos corredores e gabinetes do Congresso, a manobra prorrogacionista se intensificou, ainda que de forma velada. Apesar disso, o Palácio do Planalto julga que os parlamentares teriam re-

ceio de assumir o ônus de votar pelo adiamento das eleições municipais, o que daria aos prefeitos um mandato recorde de sete anos, com exceção apenas das capitais, áreas de segurança e estâncias hidrominerais.

Antes de quarta-feira — data mais provável para a votação do mandato presidencial — oficialmente o Governo não vai se manifestar sobre a necessidade de manutenção do calendário eleitoral. A preocupação principal, até lá, será trabalhar na mobilização da bancada comprometida com os cinco anos de mandato para Sarney. Informalmente, entretanto, em Gabinetes de Ministros, os parlamentares aliados do Governo são aconselhados a não insistirem no adiamento.